

Detalhe de Oferta de Emprego

Caracterização da Oferta

Código da Oferta: OE202312/0722

Tipo Oferta: Procedimento Concursal Comum

Estado: Ativa

Nível Orgânico: Câmaras Municipais

Orgão / Serviço: Câmara Municipal de Sabrosa

Vínculo: CTFP a termo resolutivo certo

Duração: 27

Regime: Carreiras Gerais

Carreira: Técnico Superior

Categoria: Técnico Superior

Grau de Complexidade: 3

Remuneração: 2.º posição remuneratória e nível remuneratório 16 da TTRU da carreira de técnico superior

Suplemento Mensal: 0.00 EUR

Caracterização do Posto de Trabalho:

• Radar.TS.PSI: Executar medidas de política social no domínio das atribuições do Município; Identificar estratégias e metodologias de trabalho inovadoras; desenvolver projetos e ações ao nível da intervenção na comunidade; diagnosticar problemas sociais e necessidades para um adequado planeamento estratégico da intervenção social; Contribuir para o desenvolvimento saudável e integral, do bem-estar e saúde física e psicológica, promovendo relações interpessoais saudáveis, prevenção de violência e de outros comportamentos de risco, prevenção da discriminação, promoção da cidadania ativa, promoção da inclusão de pessoas e famílias nas suas comunidades; Promover e dinamizar ações de formação/educação parental tendentes à integração e valorização das pessoas e famílias; Contribuir para a aquisição e/ou fortalecimento das competências das pessoas e famílias, promovendo a sua autonomia e potenciando as redes de suporte familiar e social; realizar visitas domiciliárias no âmbito das situações de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade social; colaborar na atualização dos instrumentos de planeamento da Rede Social – Diagnóstico Social, Plano de Desenvolvimento Social (PDS) e Plano de Ação, com inclusão das atividades enquadrada no âmbito do Programa Radar Social; mapear os recursos, regionais e locais; realizar a avaliação social preliminar e prospetiva da situação sociofamiliar e implementar e operacionalizar um sistema integrado de georreferenciação social de âmbito municipal que identifique, pessoas, famílias e grupos, em situação de vulnerabilidade social e/ou em risco de pobreza e exclusão social, bem como recursos, respostas e soluções; colaborar na conceção, desenvolvimento e execução do Plano de Ação do Programa Radar Social.

Requisitos de Admissão

Nomeação definitiva

Nomeação transitória, por tempo determinável

Nomeação transitória, por tempo determinado

Relação Jurídica: CTFP por tempo indeterminado

CTFP a termo resolutivo certo

CTFP a termo resolutivo incerto

Sem Relação Jurídica de Emprego Público

a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;

b) 18 anos de idade completos;

Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica: c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;

- d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções;
e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

Autorização dos membros do Governo na reunião ordinária de 9 de novembro de 2023
Artigo 30.º da LTFP:

Requisitos de Nacionalidade: Sim

Habilitação Literária: Licenciatura

Descrição da Habilitação Literária: Psicologia

Grupo Área Temática	Sub-área Temática	Área Temática
Direito, Ciências Sociais e Serviços	Ciências Sociais	Psicologia

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Câmara Municipal de Sabrosa	1	Rua do Loreto	Sabrosa	5060328 SABROSA	Vila Real	Sabrosa

Total Postos de Trabalho: 1

Nº de Vagas/ Alterações

Formação Profissional

Outros Requisitos: • Radar.TS.PSI: Licenciatura em Psicologia (CNAEF 311 Psicologia)

Formalização das Candidaturas

Envio de Candidaturas para: <https://recrutamento.sabrosa.pt>

Contacto: 259937120

Data Publicitação: 2023-12-22

Data Limite: 2024-01-09

Texto Publicado

Jornal Oficial e Orgão de Comunicação Social: DRE n.º246de 22/12/2023 II série aviso (extrato) n.º25079/2023

Texto Publicado em Jornal Oficial: Procedimento Concursal Comum para a Constituição de Vínculo de Emprego Público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, no âmbito do projeto "Radar Social – criação de equipas para projeto piloto", para preenchimento de postos de trabalho na carreira e categoria de técnico superior, pelo prazo de 27 (vinte e sete) meses, com limite a 31 de março de 2026 1. Para efeitos do disposto na subalínea i), da alínea a) do n.º1, do artigo 11.º da Portaria n.º233/2022, de 9 de setembro, doravante designada de Portaria, e conforme o preceituado no n.º1, do artigo 56.º, da alínea i), do n.º1, do artigo 57.º e artigo 33.º todos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), aprovada em anexo à Lei n.º35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, torna-se público que, por deliberação da Câmara Municipal de Sabrosa, tomada na reunião ordinária de 9 (nove) de novembro de 2023 (dois mil e vinte e três), se encontra aberto, pelo prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da publicitação do aviso no Diário da República, procedimento concursal comum para a constituição de vínculo de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, pelo prazo de até 27 (vinte e sete) meses, com limite a 31 (trinta e um) de março de 2026 (dois mil e vinte e seis), no âmbito do projeto "Radar Social - Criação de equipas para projeto piloto", para preenchimento de postos de trabalho na carreira de

Técnico Superior: • Radar.TS.ES: 1 posto de trabalho de técnico superior na área de atividade de Educação Social; • Radar.TS.PSI: 1 posto de trabalho de técnico superior na área de atividade de Psicologia; e • Radar.TS.GES: 1 posto de trabalho de técnico superior na área de atividade de Gestão. 2. O presente procedimento obedece ao disposto na Constituição da República Portuguesa (CRP), na LGTFP, na Portaria e, supletivamente, no Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º4/2015, de 7 de janeiro, na sua redação atual. 3. Em cumprimento do disposto na alínea h), do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação. 4. O local de trabalho é nas instalações da Câmara Municipal de Sabrosa. 5. Caracterização dos postos de trabalho: • Radar.TS.ES: Prestar apoio técnico a grupos e indivíduos, com vista à melhoria das suas condições de vida; Participar na prospeção, estudo e avaliação de planos de promoção social e comunitária, bem como nos respetivos programas de ação, colaborando com entidades e instituições locais; Prestar apoio de natureza técnica, individualizado ou coletivo, relativamente a problemas específicos que se verifiquem nos grupos, mediante a procura de soluções adequadas; Contribuir para assegurar a articulação entre os equipamentos sociais e as famílias; Participar, em estudos sobre a caracterização do meio social, mediante o levantamento das necessidades existentes e das carências sentidas, com vista a encontrar as respostas adequadas, Colaborar na atualização dos instrumentos de planeamento da Rede Social - Diagnóstico Social, Plano de Desenvolvimento Social (PDS) e Plano de Ação, com inclusão das atividades enquadradas no âmbito do Programa Radar Social; mapear os recursos, regionais e locais; realizar a avaliação social preliminar e prospetiva da situação sociofamiliar e implementar e operacionalizar um sistema integrado de georreferenciação social de âmbito municipal que identifique, pessoas, famílias e grupos, em situação de vulnerabilidade social e/ou em risco de pobreza e exclusão social, bem como recursos, respostas e soluções; colaborar na conceção, desenvolvimento e execução do Plano de Ação do Programa Radar Social. • Radar.TS.PSI: Executar medidas de política social no domínio das atribuições do Município; Identificar estratégias e metodologias de trabalho inovadoras; desenvolver projetos e ações ao nível da intervenção na comunidade; diagnosticar problemas sociais e necessidades para um adequado planeamento estratégico da intervenção social; Contribuir para o desenvolvimento saudável e integral, do bem-estar e saúde física e psicológica, promovendo relações interpessoais saudáveis, prevenção de violência e de outros comportamentos de risco, prevenção da discriminação, promoção da cidadania ativa, promoção da inclusão de pessoas e famílias nas suas comunidades; Promover e dinamizar ações de formação/educação parental tendentes à integração e valorização das pessoas e famílias; Contribuir para a aquisição e/ou fortalecimento das competências das pessoas e famílias, promovendo a sua autonomia e potenciando as redes de suporte familiar e social; realizar visitas domiciliárias no âmbito das situações de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade social; colaborar na atualização dos instrumentos de planeamento da Rede Social – Diagnóstico Social, Plano de Desenvolvimento Social (PDS) e Plano de Ação, com inclusão das atividades enquadrada no âmbito do Programa Radar Social; mapear os recursos, regionais e locais; realizar a avaliação social preliminar e prospetiva da situação sociofamiliar e implementar e operacionalizar um sistema integrado de georreferenciação social de âmbito municipal que identifique, pessoas, famílias e grupos, em situação de vulnerabilidade social e/ou em risco de pobreza e exclusão social, bem como recursos, respostas e soluções; colaborar na conceção, desenvolvimento e execução do Plano de Ação do Programa Radar Social. • Radar.TS.GES: Participar em Estudos, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e/ou científica; Colaborar na execução financeira do projeto Radar Social; Acompanhar e controlar a execução mensal da receita e da despesa, nas suas diferentes fases, verificando o cumprimento dos procedimentos contabilísticos e normas legais necessárias para garantir o rigor nas contas associadas ao plano orçamental definido; Colaborar na organização de dossiers, constituídos pela documentação técnica e contabilística; Respeitar os princípios e conceitos contabilísticos, critérios de valorimetria e método de custeio, de acordo com a legislação em vigor; Submeter os pedido de adiantamento, de reembolso e outros necessários; Desenvolver os procedimentos e os instrumentos necessários ao planeamento estratégico e operacional do Projeto; Colaborar na definição de objetivos estratégicos e operacionais e propor indicadores e metas para os variados âmbitos da atividade; Tratar e analisar dados no âmbito dos diversos instrumentos de apoio

à gestão; Recolher, tratar, analisar, produzir e reportar informação estatística, na respetiva área de atuação; Mapear e desenhar processos, considerando o fluxo de atividades e os objetivos; Colaborar na atualização dos instrumentos de planeamento da Rede Social – Diagnóstico Social, Plano de Desenvolvimento Social (PDS) e Plano de Ação, com inclusão das atividades enquadrada no âmbito do Programa Radar Social; mapear os recursos, regionais e locais; realizar a avaliação social preliminar e prospetiva da situação sociofamiliar e implementar e operacionalizar um sistema integrado de georreferenciação social de âmbito municipal que identifique, pessoas, famílias e grupos, em situação de vulnerabilidade social e/ou em risco de pobreza e exclusão social, bem como recursos, respostas e soluções; Colaborar na conceção, desenvolvimento e execução do Plano de Ação do Programa Radar Social. 6. O posicionamento remuneratório obedece ao disposto no artigo 38.º da LGTFP. Não havendo lugar a negociação, os candidatos serão posicionados na 2.º posição remuneratória e nível remuneratório 16 da Tabela Remuneratória Única, da carreira de técnico superior. 7. Requisitos gerais de admissão legalmente previstos: 7.1 Os previstos no artigo 17.º da LGTFP: a. Nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, por convenção internacional ou por lei especial; b. 18 anos de idade completos; c. Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar; d. Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções; e. Cumprimento das leis de vacinação obrigatória. 7.2 Requisito habilitacional, sem possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional, nos termos da Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação (CNAEF), a saber: • Radar.TS.ES: Licenciatura em Educação Social (CNAEF 762 Trabalho Social e Orientação) • Radar.TS.PSI: Licenciatura em Psicologia (CNAEF 311 Psicologia) • Radar.TS.GES: Licenciatura em Gestão (CNAEF 345 Gestão e Administração) 8. Âmbito de recrutamento: 8.1 Ao abrigo da modalidade prevista no Mapa de Pessoal de 2023 podem candidatar-se trabalhadores com vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo de emprego público; 8.2 Podem, ainda, candidatar-se trabalhadores detentores de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado, nos termos das alíneas a) a c), do n.º1, do artigo 35.º da LGTFP, trabalhadores integrados na mesma carreira, a cumprir ou a executar diferente atribuição, competência ou atividade, do Município de Sabrosa, de outro órgão ou serviço ou que se encontrem em situação de requalificação, e trabalhadores integrados em outras carreiras; 8.3 Sem prejuízo das preferências legalmente estabelecidas, o recrutamento efetuar-se-á pela ordem prevista na alínea d), do n.º1, do artigo 37.º da LGTFP, o recrutamento efetua-se pela ordem decrescente da ordenação final dos candidatos colocados em situação de requalificação e, esgotados estes, dos restantes candidatos; 8.4 Nos termos da alínea k), do n.º3, do artigo 11.º da Portaria, não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do órgão ou serviço idêntico ao posto de trabalho para cuja ocupação se publicita o procedimento. 9. Formalização de candidatura: 9.1 As candidaturas são formalizadas através do preenchimento de formulário próprio, de utilização obrigatória, disponível na plataforma eletrónica em <https://recrutamento.sabrosa.pt>, acompanhado dos seguintes documentos: a. Curriculum Vitae atualizado, datado e assinado; b. Fotocópia legível do certificado da habilitação literária exigida, com indicação da data de conclusão; c. Documentos comprovativos das ações de formação de onde conste a data de realização e duração; d. Para os candidatos já detentores de vínculo de emprego público na carreira e categoria de Técnico Superior: declaração do serviço onde exerce funções públicas reportada ao prazo para apresentação de candidaturas, onde conste a natureza do vínculo jurídico de emprego público, a carreira e categoria em que se encontra inserido, a descrição das funções que exerce, bem como a indicação da avaliação do desempenho qualitativa/quantitativa obtida no último ciclo de avaliação. 9.2 Nos termos do disposto no n.º5, do artigo 15.º da Portaria, a não apresentação dos documentos comprovativos do preenchimento dos requisitos legalmente exigidos, quando devam ser os candidatos a apresentá-los, determina: a. a exclusão do candidato do procedimento concursal, quando a falta desses documentos impossibilite a sua admissão; b. a impossibilidade de constituição do vínculo de emprego público, nos restantes casos. 10. Métodos de Seleção Os métodos de seleção, de acordo com o artigo 17.º da Portaria n.º233/2022, de 9 de setembro, doravante designada de Portaria, a utilizar no presente procedimento são: a. Avaliação Curricular (AC) e b. Entrevista de Avaliação de Competências (EAC) 10.1 Avaliação Curricular Visa aferir os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar, entre os quais a Habilitação Académica (HA), a Formação Profissional (FP), a Experiência Profissional (EP) e a Avaliação de Desempenho (AD). Todos os

parâmetros de avaliação só podem ser considerados, se devidamente comprovados, através de documento oficial das respetivas entidades, dentro do prazo de candidatura, por forma a contribuir em sede de mérito profissional, sendo a sua ausência um ónus para o candidato. Os candidatos que não que obtenham uma valoração inferior a 9,50 (nove vírgula cinco) valores serão excluídos. Ao abrigo do disposto no n.º3, do artigo 21.º da Portaria, cada um dos métodos de seleção é eliminatório. A AC será expressa numa escala de 0 (zero) a 20 (vinte) valores, com valoração até às centésimas e resultará da média ponderada das classificações obtidas na avaliação dos seguintes parâmetros, de acordo com a fórmula $AC = (HA + FP + EP + AD) / 4$, em que:

10.1.1 Habilitações Académicas: serão ponderadas até ao limite de 20 (vinte) valores. Valoração Licenciatura, sem possibilidade de substituição por formação e/ou experiência profissionais necessárias e suficientes, de acordo com o estipulado no n.º2, do artigo 34.º da LGTFP. 20 (vinte)

10.1.2 Formação Profissional: Neste parâmetro pretende avaliar-se a formação profissional concluída e comprovada, através de documento oficial das respetivas entidades, apresentado em sede de candidatura, com vista a assegurar o complemento, aprofundamento e atualização de conhecimentos e competências profissionais, refletindo-se no seu desempenho profissional. Assim, será considerada a frequência de ações de formação, diretamente relacionadas com a área funcional do posto de trabalho e obtidas nos últimos 5 (cinco) anos. Apenas são consideradas ações comprovadas por certificados ou diplomas que indiquem expressamente o número de horas ou de dias de duração da ação e a data de realização. Sempre que, do respetivo certificado, não conste o número de horas de duração da formação, considerar-se-á que cada dia de formação é equivalente a 7 (sete) horas e cada semana a 5 (cinco) dias. Este parâmetro será avaliado até ao máximo de 20 (vinte) valores, da seguinte forma: Valoração Sem ações de formação frequentadas ou não relacionadas com a área 10 (dez) Participação em ações de formação relacionadas com o posto de trabalho, com duração total entre até 10 (dez) horas, inclusive 12 (doze) Participação em ações de formação relacionadas com o posto de trabalho, com duração total de mais de 10 (dez) e 20 (vinte) horas, inclusive 14 (catorze) Participação em ações de formação relacionadas com o posto de trabalho, com duração total de mais de 20 (vinte) horas e 30 (trinta) horas, inclusive 16 (dezassexes) Participação em ações de formação relacionadas com o posto de trabalho, com duração total de mais de 30 (trinta) e 40 (quarenta) horas, inclusive 18 (dezoito) Participação em ações de formação relacionadas com o posto de trabalho, com duração total superior a 40 (quarenta) horas 20 Valores

10.1.3 Experiência Profissional: Neste parâmetro pretende determinar-se a qualificação dos candidatos para os postos de trabalho, ou seja, o grau de adequação entre as funções/atividades já exercidas e o conteúdo funcional do posto de trabalho. Assim, avaliar-se-á a experiência profissional comprovada pelos candidatos, através de documento oficial das respetivas entidades, dentro do prazo de candidatura, nos seguintes termos: Valoração Experiência profissional < que 1 (um) ano 10 (dez) Experiência profissional maior ou igual a 1 (um) ano e menor que 2 (dois) anos 12 (doze) Experiência profissional maior ou igual a 2 (dois) ano e menor que 3 (três) anos 14 (catorze) Experiência profissional maior ou igual a 3 (três) ano e menor que 4 (quatro) anos 16 (dezassexes) Experiência profissional maior ou igual a 4 (quatro) ano e menor que 5 (cinco) anos 18 (dezoito) Experiência profissional maior que 5 (cinco) anos 20 Valores Apenas é considerada a EP desde que devidamente comprovada sob pena de não ser considerada para efeitos de avaliação curricular.

10.1.4 Avaliação de Desempenho: Em que serão consideradas as menções de avaliação de desempenho referentes ao último ciclo avaliativo, com desempenho de funções idênticas às do posto de trabalho a ocupar. Avaliação de Desempenho Valoração Desempenho relevante 0 (zero) Sem avaliação de desempenho 10 (dez) Desempenho adequado 14 (catorze) Desempenho relevante 16 (dezassexes) Desempenho excelente 20 (vinte) As ponderações dos parâmetros (HA, FP, EP e AD) integrantes deste método de seleção traduzem a importância relativa que o júri entende atribuir a cada um, por considerar que essa ponderação é a que permite a melhor avaliação profissional dos candidatos nas áreas relativas ao posto de trabalho para que o procedimento foi aberto.

10.2 Entrevista de Avaliação de Competências Visa obter informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função. A classificação a atribuir a cada competência será expressa numa escala de 0 (zero) a 20 (vinte) valores, com valoração até às centésimas e resultará da média aritmética simples das classificações obtidas na avaliação das seguintes competências. O método de seleção será valorado de acordo com a fórmula $EAC = (A + B + C + D + E) / 5$, em que:

A. Planeamento e Organização: visa avaliar capacidade para programar, organizar e controlar a sua atividade e projetos variados, definindo objetivos, estabelecendo prazos e determinando prioridades. Traduz-se, nomeadamente,

nos seguintes comportamentos: a. Em regra, é sistemático e cuidadoso na preparação e planeamento das suas tarefas e atividades; b. Planeia e organiza as atividades e projetos que lhe são distribuídos, de acordo com os recursos que tem à sua disposição; c. Realiza as suas atividades segundo as prioridades definidas e dentro dos prazos previstos; d. Reavalia frequentemente o seu plano de trabalho e ajusta-o às alterações imprevistas, introduzindo as correções consideradas necessárias. B. Iniciativa e Autonomia: visa avaliar a capacidade de atuar de modo independente e proativo no seu dia-a-dia profissional, de tomar iniciativas face a problemas e empenhar-se em solucioná-los. Traduz-se, nomeadamente, nos seguintes comportamentos: a. Tem habitualmente uma postura ativa e dinâmica, respondendo às solicitações e desafios profissionais; b. Concretiza de forma autónoma e diligente as atividades que lhe são atribuídas; c. Toma a iniciativa para a resolução de problemas que surgem no âmbito da sua atividade; d. Procura soluções alternativas para a resolução dos problemas profissionais. C. Responsabilidade e Compromisso: com o serviço: visa avaliar a capacidade para compreender e integrar o contributo da sua atividade para o funcionamento do serviço, exercendo-a de forma disponível e diligente. Traduz-se, nomeadamente, nos seguintes comportamentos: a. Reconhece o seu papel na prossecução da missão e concretização dos objetivos do serviço e responde às solicitações que, no âmbito do seu posto de trabalho, lhe são colocadas; b. Em regra, responde com prontidão e disponibilidade às exigências profissionais; c. É cumpridor das regras regulamentares relativas ao funcionamento do serviço, nomeadamente horários de trabalho e reuniões; d. Trata a informação confidencial a que tem acesso, de acordo com as regras jurídicas, éticas e deontológicas do serviço. D. Tolerância à Pressão e Contrariedades: visa avaliar a capacidade para lidar com situações de pressão e com contrariedades de forma adequada e profissional. Traduz-se, nomeadamente, nos seguintes comportamentos: a. Mantém-se, em regra, produtivo mesmo em ambiente de pressão; b. Perante situações difíceis mantém normalmente o controlo emocional e discernimento profissional; c. Gere de forma equilibrada as exigências profissionais e pessoais; d. Aceita as críticas e contrariedades. E. Conhecimentos Especializados e Experiência: visa avaliar o conjunto de saberes, informação técnica e experiência profissional, essenciais ao adequado desempenho das funções. Traduz-se, nomeadamente, nos seguintes comportamentos: a. Possui os conhecimentos técnicos necessários às exigências do posto de trabalho e aplica-os de forma adequada; b. Detém experiência profissional que permite resolver questões profissionais complexas; c. Preocupa-se em alargar os seus conhecimentos e experiência, de forma a desenvolver uma perspetiva mais abrangente dos problemas; d. Utiliza, na sua prática profissional, as tecnologias de informação e de comunicação com vista à realização de um trabalho de melhor qualidade. Cada competência será valorada nos seguintes termos: • 20 (vinte) valores: o candidato evidencia os 4 (quatro) indicadores comportamentais da competência; • 16 (dezasseis): valores: o candidato evidencia 3 (três) indicadores comportamentais da competência; • 12 (doze) valores: o candidato evidencia 2 (dois) indicadores comportamentais da competência; • 8 (oito) valores: o candidato evidencia apenas 1 (um) indicador comportamental da competência; • 0 (zero) valores: o candidato não evidencia indicadores comportamentais da competência. Em caso de igualdade de valoração entre candidatos, os critérios de preferência a adotar serão os previstos no artigo 24.º da Portaria. Subsistindo o empate após aplicação dos referidos critérios, será utilizado o método do candidato com a melhor classificação obtida nas seguintes competências por ordem decrescente: E, A, C, B e D. Os candidatos que não compareçam a este método de seleção serão excluídos, bem como os que obtenham uma valoração inferior a 9,50 (nove vírgula cinco) valores, em ambos os métodos. Ao abrigo do disposto no n.º3, do artigo 21.º da Portaria, cada um dos métodos de seleção é eliminatório. 11. Ordenação Final (OF) A ordenação final resulta da fórmula abaixo indicada e será expressa na escala de 0 (zero) a 20 (vinte) valores, com valoração até às centésimas, resultando da média aritmética ponderada dos resultados obtidos nos métodos de seleção aplicados: $OF = 50\%.AC + 50\%.EAC$ 12. Candidato com deficiência Em caso de igualdade de valoração, entre candidatos, os critérios de preferência a adotar serão os previstos no artigo 24.º daquela Portaria. Nos termos do n.º3, do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º29/2001, de 3 de fevereiro, o candidato com deficiência tem preferência em caso de igualdade de classificação a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal. 13. Notificações As notificações dos candidatos serão efetuadas através de plataforma eletrónica, sendo utilizado o correio eletrónico constante do formulário de candidatura, nos termos dos artigos 63.º e 112.º do CPA. 14. Publicitação dos resultados Os resultados obtidos em cada método de seleção são efetuados através de lista, ordenada alfabeticamente, afixada em local visível e público das instalações do empregador público e disponibilizada no seu sítio da internet, de acordo com o artigo 22.º da Portaria

acima. 15. Audiência dos interessados e homologação Em conformidade com o artigo 25.º da Portaria: 15.1 Os candidatos, incluindo os que tenham sido excluídos no decurso da aplicação dos métodos de seleção, são notificados da lista de ordenação final, para efeitos de audiência prévia; 15.2 Após homologação, a lista de ordenação final é afixada em local visível e público das instalações do empregador público e disponibilizada no seu sítio da internet, sendo ainda publicado, por extrato, um aviso na 2.º série do Diário da República com informação sobre a sua publicitação. 16. Composição e identificação do júri para as referências: • Referência RADAR.TS.ES: Presidente do Júri: Maria Manuela Miguel Pontes Rocha, Chefe de Divisão da Unidade Orgânica Flexível de Educação, Saúde e Ação Social (UOF_ESAS); 1.º Vogal efetivo: Manuel João Areias Peixoto, Chefe de Divisão da Unidade Orgânica Flexível Administrativa, Financeira e Patrimonial (UOF_AFP); 2.º Vogal efetivo: Helena Cristina Peixoto Vidazinha, Chefe de Serviço da Unidade Orgânica Flexível de Ação Social (UOF_AS); 1.ª Vogal suplente: Ana Cristina Fernandes Conceição, Técnico Superior da Subunidade Orgânica de Ação Social e Habitação; 2.ª Vogal suplente: Sónia Sousa Botelho Moura Lopes, Técnico Superior da Subunidade Orgânica de Ação Social e Habitação; • Referência RADAR.TS.PSI: Presidente do Júri: Maria Manuela Miguel Pontes Rocha, Chefe de Divisão da Unidade Orgânica Flexível de Educação, Saúde e Ação Social (UOF_ESAS); 1.º Vogal efetivo: Manuel João Areias Peixoto, Chefe de Divisão da Unidade Orgânica Flexível Administrativa, Financeira e Patrimonial (UOF_AFP); 2.º Vogal efetivo: Helena Cristina Peixoto Vidazinha, Chefe de Serviço da Unidade Orgânica Flexível de Ação Social (UOF_AS); 1.ª Vogal suplente: Ana Cristina Fernandes Conceição, Técnico Superior da Subunidade Orgânica de Ação Social e Habitação (SO_ASH); 2.ª Vogal suplente: Sónia Sousa Botelho Moura Lopes, Técnico Superior da Subunidade Orgânica de Ação Social e Habitação (SO_ASH); • Referência RADAR.TS.GES: Presidente do Júri: Maria Manuela Miguel Pontes Rocha, Chefe de Divisão da Unidade Orgânica Flexível de Educação, Saúde e Ação Social (UOF_ESAS); 1.º Vogal efetivo: Manuel João Areias Peixoto, Chefe de Divisão da Unidade Orgânica Flexível Administrativa, Financeira e Patrimonial (UOF_AFP); 2.º Vogal efetivo: Helena Cristina Peixoto Vidazinha, Chefe de Serviço da Unidade Orgânica Flexível de Ação Social (UOF_AS); 1.ª Vogal suplente: Hugo Marcelo do Val Parafita, Chefe de Serviço da Unidade Orgânica Flexível de Gestão Contabilística e Contratação (UOF_GCC); 2.ª Vogal suplente: Sónia Sousa Botelho Moura Lopes, Técnico Superior da Subunidade Orgânica de Ação Social e Habitação (SO_ASH); 14. Em cumprimento da alínea h), do artigo 9.º da CRP, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação. 15. Proteção de Dados Pessoais: na candidatura, o candidato presta as informações e o necessário consentimento para o tratamento dos dados pessoais, no ato de candidatura e com a estrita finalidade de recolha, e integração na base de dados do procedimento concursal e pelo tempo que durar o procedimento concursal, nos termos do Regulamento Geral de Proteção de Dados. 16. Os documentos apresentados no âmbito do presente procedimento concursal constituem-se como documentos administrativos, pelo que o acesso aos mesmos se fará em respeito pela Lei n.º26/2016, de 22 de agosto, na atual redação. Sabrosa e Paços do Concelho, 4 de dezembro de 2023 A Presidente da Câmara Municipal de Sabrosa Maria Helena Marques Pinto da Lapa

Observações

Alteração de Júri

Resultados

Questionário de Termina da Oferta

Admitidos**Masculinos:****Femininos:****Total:****Total SME:****Total Com Auxílio da BEP:****Recrutados****Masculinos:****Femininos:****Total:****Total Portadores Deficiência:****Total SME:****Total Com Auxílio da BEP:**